



## ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 30 DE JANEIRO

# O TEU VOTO DECIDE!

**A luta é o caminho. Não deixes de votar!**

Com o seu voto, os trabalhadores podem decidir a efectiva mudança que abra caminho a uma política de esquerda e soberana, que recuse a submissão do País ao grande capital e aos ditames da União Europeia, favorecendo o desenvolvimento económico e social de Portugal, da criação de emprego com direitos e salários dignos, e tendo em perspectiva a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022

### EMPRESAS

#### Intensificar a luta

Os trabalhadores da Amarsul decidiram avançar com novas acções de luta para responder ao silêncio da administração às suas propostas.

PÁGINA 4

### ADSE

#### Defender a redução dos descontos

A Frente Comum tem a decorrer um abaixo-assinado, iniciativa que visa exigir que o desconto mensal passe a incidir em apenas 12 meses.

PÁGINA 9

### JOSÉ SARAMAGO

#### Escritor de inquietações

Neste ano do centenário do seu nascimento, além do conjunto da sua obra, é também a Cultura que importa comemorar.

PÁGINA 11



## TEMA DE CAPA



Centenas de activistas, delegados e dirigentes sindicais, e milhares de trabalhadores das autarquias locais transformaram a Greve Nacional numa poderosa jornada de protesto e de luta

**GREVE NACIONAL DA FRENTE COMUM E PARTICIPAÇÃO NA MANIFESTAÇÃO NACIONAL DA CGTP-IN**

# Trabalhadores “chumbam” na rua e nos locais de trabalho as políticas do governo PS

A elevada participação dos trabalhadores da Administração Local e Regional nas duas grandes jornadas de luta de Novembro são a expressão da sua firme oposição às políticas do governo PS, que depois de “chumbadas” na Assembleia da República, voltaram a ser “chumbadas” na rua e nos locais de trabalho por todo o País.

**N**ovembro fica marcado por duas importantes e muito participadas jornadas de luta dos trabalhadores em geral, e dos trabalhadores da Administração Pública em particular: a Greve Nacional da Administração Pública, promovida pela Frente Comum no dia 12; e a Manifestação Nacional da CGTP-IN, no dia 20. No dia 12 de Novembro, milhares de trabalhadores dos mais diversificados sectores da Administração Pública aderiram à Greve Nacional e, mesmo nas difíceis condições que atravessam, souberam – conjuntamente com centenas de activistas, delegados e dirigentes sindicais – transformá-la numa poderosa jornada de protesto e de luta contra as políticas do actual governo do PS, numa forte demonstração do seu profundo descontentamento face à ausência de respostas efectivas e positivas aos problemas dos trabalhadores e ao conjunto de exigências que constam da Proposta Reivindica Comum, já apresentada, assim como pela continuidade de políticas que não promovem o reforço das funções sociais do Estado e os direitos dos trabalhadores, e nem garantem uma Administração Pública capaz de responder às necessidades das populações. Nunca é demais realçar que, no



A grandiosa Manifestação Nacional, promovida pela CGTP-IN, sob o mote “Avançar é preciso!”, contou com a presença de milhares de trabalhadores

actual quadro sanitário, ainda marcado pela pandemia, foram os trabalhadores das Administrações Central, Local e Regional que asseguraram o funcionamento dos serviços públicos e a resposta aos problemas das populações, sobretudo nas áreas determinantes para a mitigação do problema de saúde pública, mas também em muitas outras, essenciais para o funcionamento do País.

Esta firme posição dos trabalhadores da Administração Pública, e em particular dos trabalhadores das Autarquias, é bem reveladora da sua determinação em prosseguir a luta pelo reconhecimento do seu trabalho, por mais direitos e melhores salários e condições laborais, e espelha a sua grande confiança nas estruturas do Movimento Sindical Unitário, e em particular no STAL, Sindicato com provas da

defesa intransigente dos legítimos interesses dos trabalhadores de todo o universo de serviços da Administração Local e Regional.

## “AVANÇAR É PRECISO!”

Também a grandiosa Manifestação Nacional de dia 20, promovida pela CGTP-IN sob o mote “Avançar é preciso!”, contou com a empenhada presença de milhares de trabalhadores das

autarquias locais, que assim juntaram a sua voz às dos milhares de participantes na iniciativa que, confrontados com os problemas, exigem soluções, não aceitam retrocessos, têm propostas e querem avançar!

Tendo em conta o actual quadro político, as duas grandes acções de protesto realizadas em Novembro ganham ainda maior importância, demonstrando que os trabalhadores recusam-se a





Frente Comum com forte presença em piquetes em defesa dos serviços públicos e funções sociais do Estado

cruzar os braços e que não abdicam de exigir resposta à Proposta Reivindicativa Comum para 2022, apresentada pela Frente Comum ao Governo, mostrando-se unidos e mobilizados para prosseguir a luta pela valorização do seu trabalho, designadamente, pelo aumento de 90 € para todos e do Salário Mínimo Nacional para 850 €, no curto prazo; pela correcção da Tabela Remuneratória Única; pelo subsídio de refeição de 7,50 €; pela revogação do SIADAP; pela implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco; pela erradicação da

precariedade; pelo direito à contratação colectiva; e pela reposição das contribuições para a ADSE para 1,5% sobre 12 meses. Após mais de uma década de estagnação salarial, importa que o próximo governo assuma como prioridade a inversão da política de baixos salários, em particular nas Administrações Central, Local e Regional, medida que, além do contributo directo na recuperação da economia, é indispensável na construção de um rumo que valorize os seus trabalhadores, ao mesmo tempo que a torna atractiva para os jovens trabalhadores.

E não será com a concretização da chamada descentralização de competências, atirando para as Autarquias Locais problemas e responsabilidades que são do Estado Central, que o Governo vai melhorar os serviços prestados às populações. Aliás, como o STAL tem afirmado repetidamente, esse será um caminho que apenas servirá para contribuir para o retrocesso, para o clientelismo e para o acentuar das já enormes assimetrias do território nacional, pondo mesmo em causa direitos fundamentais garantidos pela Constituição Portuguesa. ■

## PLENÁRIO NACIONAL DO STAL MUITO PARTICIPADO

O STAL realizou em Lisboa, no dia 22 de Outubro, um Plenário Nacional que contou com a participação de cerca de meio milhar de activistas, delegados e dirigentes de todo o País, que discutiram vários assuntos da actualidade político-sindical nacional, nomeadamente a aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, as negociações com o governo e a proposta de Orçamento do Estado para 2022, que o STAL considera que não assegurava "a urgente e indispensável valorização do trabalho e dos trabalhadores, o reforço e a qualidade dos serviços públicos,

o investimento público e o desenvolvimento do País".

No plenário foi aprovada, por unanimidade, a resolução "Aumentar Salários, Dignificar Carreiras, Revogar o SIADAP, Eliminar a Precariedade, Reconhecer a Penosidade, Insalubridade e Risco no Trabalho", documento que foi entregue no Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública e no qual o STAL reafirma ser este "o tempo de reivindicar, propor e lutar" para os trabalhadores garantirem a satisfação das suas reivindicações.



# O voto dos trabalhadores é o que mais conta

Assim foi em 2015, quando se afastou o PSD e o CDS do Governo e se conseguiu interromper uma política continuada de retirada de direitos e esbulho de rendimentos aos trabalhadores.

De então para cá, com a luta dos trabalhadores e a correlação de forças na Assembleia da República, com os partidos de esquerda a permitirem que o PS governasse, foi possível ir concretizando um caminho de defesa, reposição e conquista de direitos, e a aprovação de medidas sociais que tiveram em conta as dificuldades das famílias de mais baixos recursos.

Porém, o governo PS não quis que se pudesse ter ido mais longe nas respostas aos problemas acumulados de décadas de políticas de direita e as suas opções relativamente às questões centrais ficaram sempre marcadas pela recusa de respostas significativas e pelo arrastamento de soluções, incumprimentos de acordos à mesa da negociação orçamental, cativações, cortes e outros artifícios determinados pela submissão à União Europeia, e por entendimentos legislativos com os partidos de direita.

Também o reforço dos serviços públicos e a valorização do trabalho e dos trabalhadores da Administração Pública foram, desde sempre, marcados pela recusa obstinada em resolver os problemas de fundo, de modo a melhorar as condições de vida de quem trabalha: é assim que iremos entrar no 13.º ano consecutivo sem qualquer aumento de salários digno desse nome, que permita, no mínimo, repor a inflação verificada; é assim que se mantém a destruição das carreiras; o sistema de avaliação da Administração Pública, impeditivo de uma justa progressão; uma elevada carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho; a precariedade mais abjecta nos locais de trabalho; as concessões de serviços públicos e muitas outras ausências de medidas. O PS aspira a uma maioria absoluta, e ficou claro que queria eleições para poder fugir de qualquer condicionamento que limitasse as suas opções e compromissos com a política de direita. Também ficou claro o sonho do Presidente da República a uma solução de Bloco Central e ao regresso da direita ao poder.

O que verdadeiramente se coloca nas próximas eleições legislativas, marcadas para o dia 30 de Janeiro, é se, tendo em conta os pequenos avanços conseguidos nos últimos anos, fruto de uma correlação de forças que obrigou, ainda que timidamente, a encetar um caminho de melhorias e sem esquecer o muito que ficou por fazer, a opção é "andar para trás", ou assegurar as condições que obriguem a seguir um trilho de avanços, valorizações e novas conquistas para os trabalhadores e para o povo, votando naqueles que sempre se identificaram com as nossas aspirações.

As eleições nunca poderão constituir um problema, mas antes uma oportunidade que não podemos desperdiçar para optarmos sobre que rumo queremos seguir. O voto de cada trabalhador, e de todos os trabalhadores, conta para esse propósito.

**Não faltes! O teu e o nosso voto são decisivos nesta batalha. ■**



AMARSUL: TRABALHADORES UNIDOS, DETERMINADOS E MOBILIZADOS

# Decididos a intensificar uma luta que é justa

Os trabalhadores da Amarsul decidiram avançar com novas acções de luta para responder ao silêncio que a administração desta empresa do Grupo EGF/Mota-Engil continua a votar às exigências que constam do Caderno Reivindicativo apresentado em conjunto pelo STAL e SITE-Sul.

**D**ando sequência à decisão tomada pelos trabalhadores da Amarsul no plenário realizado em 9 de Dezembro, que exigiram uma resposta positiva da administração da empresa às propostas que constam do Caderno Reivindicativo (CR) apresentado pelo STAL e pelo SITE-Sul, prossegue neste mês a luta pelo aumento geral dos salários e dos subsídios de refeição e de transporte; pela redução do horário de trabalho; pelo fim da precariedade e a regularização dos trabalhadores com vínculo temporário; pelo respeito pela contratação colectiva; pela reversão imediata dos cortes no subsídio de turno; e pela criação de subsídios de insalubridade, penosidade e risco e de risco rodoviário. Face a estas exigências e perante a demonstração de união e mobilização dos trabalhadores, a administração deu “sinal de vida” no dia 20 de Dezembro, recebendo as estruturas representativas dos trabalhadores, mas apenas se disponibilizou para iniciar o processo de negociação do CR para este ano, ignorando as reivindicações de 2021, que “continuam na gaveta”. Perante esta situação, os trabalhadores **“decidiram intensificar esta luta justa, mas evitável, assim existisse resposta positiva às propostas dos trabalhadores”**, refere Joaquim Sousa, dirigente do STAL.

## TRABALHADORES NÃO SE VERGAM

Esta postura da administração da Amarsul é uma clara (mas vã) estratégia de tentar vencer pelo cansaço. Mas os trabalhadores não se vergam nem abdicam de lutar pela suas propostas, tal como ficou amplamente demons-



Piquete de greve dos trabalhadores da Amarsul no Ecoparque do Seixal

trado na greve de 29 de Novembro a 3 de Dezembro, que registou grande adesão, apesar das tentativas de desmobilização por parte da empresa, nomeadamente através da coacção exercida sobre os trabalhadores com vínculos precários e da intimidação policial sobre os piquetes de greve, alvo de confrontos com a GNR no Ecoparque de Palmela e de intimidação da PSP no do Seixal.

Esta condenável acção policial, “a pedido” do conselho de administração da Amarsul e sob o pretexto de uma interpretação “particular” do acórdão do Tribunal Arbitral que definiu os serviços mínimos (escrupulosamente cumpridos), foi a resposta da empresa às exigências dos trabalhadores. O STAL e o SITE-Sul não apenas denunciaram o uso da força por parte das autori-

dades policiais e acusam o governo PS de ceder à pressão e ao total desespero de um grupo empresarial privado (Mota-Engil) e de alguns municípios afectados pela greve.

O recurso à força policial, inadmissível à luz do direito à greve consagrado na Constituição, demonstra a fragilidade da posição da empresa, surpreendida com o forte sentido de união, de-

terminação, mobilização e de disponibilidade dos trabalhadores para continuarem a lutar, também, pelo fim da utilização do trabalho temporário, que coloca os trabalhadores em situação permanente de precariedade, qual “praça de jorna” moderna.

## RESINORTE: GREVE DOS MOTORISTAS

Também os motoristas da recolha selectiva do CITVRU de Riba de Ave da Resinorte realizaram uma greve, entre os dias 27 e 29 de Outubro, e ao trabalho extra entre os dias 30 e 14 de Novembro. Esta jornada de luta visou, entre outros, o aumento geral de salários e a uniformização dos praticados no Pólo de Riba de Ave; a negociação de um Acordo Colectivo de Trabalho; a valorização das carreiras profissionais; a melhoria das condições de trabalho e o respeito pelas normas de segurança e saúde no trabalho. Os trabalhadores contestaram, ainda, o corte de dias de salário pelo exercício dos direitos sindicais, realçando-se que têm sido recorrentes as denúncias de assédio laboral na Resinorte, o que levou o STAL a solicitar a intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Refira-se que os trabalhadores relataram terem sido pressionados a não participar nos plenários que o STAL realizou na empresa, o que atesta a gravidade do clima vigente na Resinorte.

## STAL REÚNE NA VALNOR

Em Outubro, o STAL reuniu-se com a administração da Valnor para discutir assuntos urgentes, nomeadamente, a forma ilegal como a empresa retirou duas horas no vencimento dos trabalhadores, que – recorrendo ao seu crédito anual de horas para se reunir em plenário – se deslocaram a Portalegre para entregar resoluções na CIMAA e na ACT. Na reunião, o STAL insistiu, ainda, sobre a necessidade de negociação dos horários de trabalho, designadamente daqueles que funcionam de forma contínua e que não contemplam a redução de uma hora; reafirmou o respeito pelo direito à negociação colectiva; e exigiu o aumento dos salários e de outros complementos, como os subsídios de refeição e de risco. ■

## VIMÁGUA

Na Vimágua (detida em 90% pela CM Guimarães, sendo os restantes 10% da CM Vizela), 2600 euros é a diferença entre o salário de um canalizador e do presidente da empresa, situação que, segundo Francisco Matos (dirigente do STAL) cria **“uma sensação de frustração de pessoas que trabalham há 15 ou 20 anos e continuam a ganhar o salário mínimo.”**

O sindicalista não descarta uma acção de reivindicação – neste mês de Janeiro – dos trabalhadores da Vimágua, que aguardam os resultados das negociações

com a administração, **“paradas desde Maio”**. Francisco Matos frisa que **“trabalhadores com 20 anos de casa a ganhar o salário mínimo não podem estar contentes”**, sublinhando tratar-se de uma situação **“inaceitável numa empresa que tem dado lucros”**.

Os trabalhadores exigem também o pagamento do SPI, que a Vimágua continua a não realizar, embora o Município de Guimarães já tenha adequado as remunerações dos seus trabalhadores à legislação já promulgada pelo Presidente da República.



# ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



**Aumento de 90€ para todos**

**GREVE AMARSUL**  
29 NOV. A 3 DEZ.

**Revogar o SIADAP**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**GREVE NACIONAL**  
12 NOV.

**Salário Mínimo Nacional de 850€**

**CADERNO REIVINDICATIVO**

**Subsídio de refeição de 7,50€**

**TRIBUNAL DÁ RAZÃO AO STAL**

**PRIORIDADES REIVINDICATIVAS PARA 2022**

**MAS SALÁRIO DIREITOS CARREIRAS MELHORES SERVIÇOS**

**Descongelamento das promoções e das progressões**

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS  
30 JANEIRO 2022

# O TEU VOTO DECIDE!

A LUTA É O CAMINHO. NÃO DEIXES DE VOTAR!

**Aumentar as pensões de aposentação e de reforma**

**COMUNICADO AUMENTOS EGF**

**Reposição das 35 horas para todos os trabalhadores**

**POR UMA ADSE PÚBLICA**  
AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES E APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADSE pública e solidária**

**ESTA AUTARQUIA NÃO CUMPRE O ORÇAMENTO DO ESTADO**

**Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco**

**TRABALHADORES EM LUTA**

**Reposição dos 25 dias de férias e majorações**

**Criação de emprego com estabilidade**

**MANIFESTAÇÃO NACIONAL**  
20 NOVEMBRO  
**AVANÇAR É PRECISO!**



## 30 DE JANEIRO: JORNADA DE LUTA DOS TRABALHADORES

**EM DEFESA  
E VALORIZAÇÃO DOS  
SERVIÇOS PÚBLICOS**

Os serviços públicos são de todos e a sua existência é fundamental para assegurar o desenvolvimento, a coesão social e territorial. A privatização, concessão e a externalização conduzem à perda de qualidade, a aumentos de custos e de preços, à degradação e destruição de postos de trabalho. Manter a propriedade e a gestão públicas dos serviços de água, saneamento e resíduos, entre outros, é a única forma de proteger os direitos das populações e dos trabalhadores. É fundamental recuperar, para o controlo público, os serviços privatizados.

# VOTAR É DECIDIR E LUTAR!

No dia 30 de Janeiro, os trabalhadores, e a população em geral, serão chamados a eleger os deputados à Assembleia da República. É a oportunidade de manifestar a nossa firme indignação pela falta de respostas aos problemas e às reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública, rejeitando as políticas de direita, que não promovem o reforço das funções sociais do Estado. De condenar nas urnas os partidos responsáveis pela situação nacional! É a oportunidade de eleger deputados que garantam a defesa dos trabalhadores e a resposta às nossas reivindicações!

**SUBSTITUIR O SIADAP  
POR UM SISTEMA JUSTO**

O actual sistema de avaliação é responsável pela estagnação salarial de mais de 75% dos trabalhadores. O SIADAP não contribuiu em nada para a melhoria dos serviços prestados às populações, nem para a tão propalada "capacitação" dos trabalhadores. Exigimos um sistema de avaliação que promova a formação, seja equitativo, justo, livre de quotas e que garanta o desenvolvimento profissional de todos os trabalhadores nas suas carreiras!

**JUSTIÇA  
SALARIAL**

A correcção da Tabela Remuneratória Única é urgente e um imperativo da mais elementar justiça. Da mesma forma, urge recompor carreiras específicas em que, por exemplo, permanece tempo de serviço por recuperar ou se impede a progressão por meio de constrangimentos administrativos. A diferença relativa, tanto entre carreiras de complexidade diferente, como entre diferentes níveis de experiência profissional, tem que ser respeitada!

**EMPREGO COM DIREITOS  
E FIM À PRECARIIDADE**

O Poder Local desempenha um papel da maior relevância no desenvolvimento e na criação de emprego, e as autarquias têm o dever de promover a criação de emprego estável e com direitos. É, pois, necessário que combatam o trabalho precário e o recurso a trabalhadores desempregados como mão-de-obra barata. É urgente que integrem todos os trabalhadores com vínculo precário a exercerem funções que correspondem a necessidades permanentes dos serviços.



### É URGENTE AUMENTAR OS SALÁRIOS

Há mais de 10 anos que os trabalhadores da Administração Local não têm aumentos de salário dignos. Os aumentos insuficientes do Salário Mínimo Nacional (SMN) mantêm muitos milhares de trabalhadores – que desempenham funções específicas e essenciais ao País – a viver com enormes dificuldades. Os trabalhadores perderam quase 11% de poder de compra entre 2010 e 2021! A proposta de aumento de 90 € para todos e do SMN de 850 € representa um importante apoio à economia do País e a exigida mudança de política salarial na Administração Local!

### DIGNIFICAR AS CARREIRAS

A destruição de carreiras (no governo PS/Sócrates) ainda não foi revertida. Na prática, a destruição de mais de 1400 carreiras profissionais atirou milhares de trabalhadores para três carreiras gerais. Também as carreiras especiais e específicas foram alvo de fortes ataques dos sucessivos governos do PS e do PSD (com ou sem CDS-PP), mantendo-se, ainda hoje, por regulamentar e estagnadas, apesar dos processos de revisão que se verificaram. Melhorar os serviços da Administração Local, dando-lhes a qualidade que todos exigimos, impõe a existência de carreiras dignas e trabalhadores valorizados!

### POR UMA ADSE PÚBLICA

É necessário defender a manutenção da ADSE como sistema público complementar de saúde para os trabalhadores e aposentados da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo, e recusar o caminho da mutualização. Assim como é preciso continuar a luta pela incidência das contribuições em apenas 12 meses e pela redução mensal para 1,5%.



### 35 HORAS PARA TODOS, SEM ADAPTABILIDADES OU BANCO DE HORAS

É necessário garantir as 35 horas de trabalho semanal e a sua extensão a todos os trabalhadores. É importante que as autarquias adotem medidas que possibilitem a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional. É crucial impedir o abuso do trabalho extraordinário e limitar o recurso ao trabalho nocturno e por turnos às situações que sejam técnica e socialmente justificadas, e garantir a fixação, por negociação e contratação colectiva, de subsídios e compensações adequados aos trabalhadores abrangidos.

### PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

As condições em que muitos trabalhadores das autarquias operam são inaceitáveis, agravadas por um quadro em que a média etária é elevada, em que muitas profissões da Administração Local são marcadas por um elevado grau de penosidade e em que se regista o surgimento de novos riscos. É, pois, imperioso investir na redução do esforço e penosidade no trabalho e na melhoria das condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, desenvolvendo uma cultura de prevenção de riscos e promovendo a participação dos representantes dos trabalhadores para a SST.

### VALORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A negociação e a contratação colectiva constituem direitos fundamentais dos trabalhadores que os autarcas devem respeitar e estimular. Tal como devem respeitar e fazer respeitar a liberdade, a autonomia e a representatividade sindical. A contratação colectiva é fundamental para a melhoria das condições de trabalho, para a valorização dos trabalhadores e para um melhor cumprimento dos planos e objectivos de gestão.



# ESPECIAL ELEIÇÕES 2022

PODER DE COMPRA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL RECUA ENTRE 2010 E 2021

## Salários sofreram quebra real de 10,6%

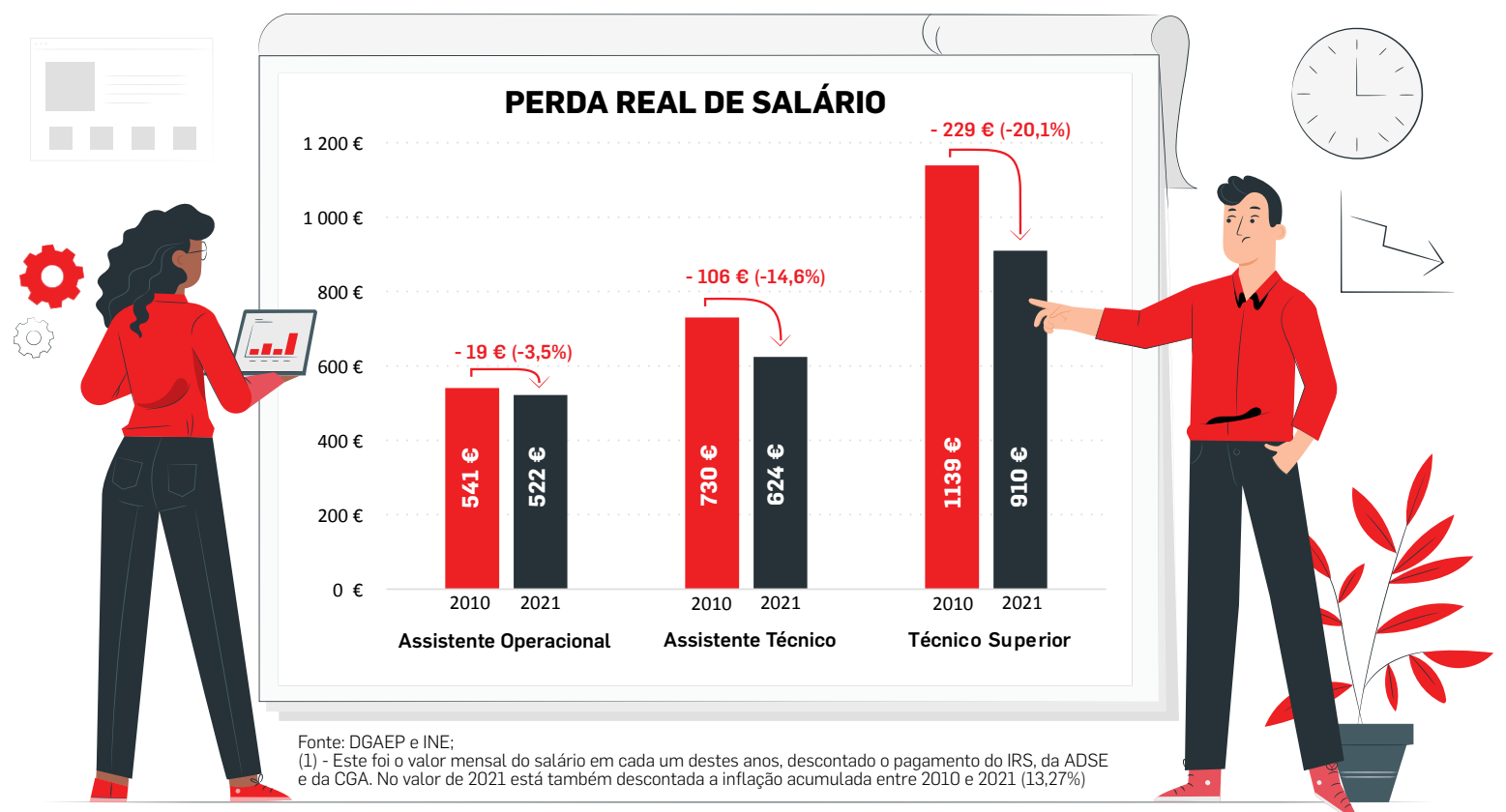
JOSÉ ALBERTO LOURENÇO  
(ECONOMISTA)

Treze anos depois do último aumento salarial, e apesar de nos últimos seis anos termos tido um Governo PS, é inaceitável a situação de congelamento e/ou estagnação salarial que permanece na Administração Pública e, em particular, na Administração Local.

Não desvalorizando o que foi conseguido com a nova solução política, após os resultados das legislativas de 2015, nomeadamente a importância da reposição dos cortes salariais, do horário de trabalho de 35 horas e da eliminação de restrições na contratação na Administração Pública, do descongelamento das pensões, da eliminação da sobretaxa do IRS e do alargamento do acesso e montantes das prestações de protecção social e apoio social, a verdade é que o facto de não haver aumentos salariais anuais para toda a Administração Pública, e em particular para a Administração Local – o seu parente pobre –, faz com que milhares de trabalhadores se sintam profundamente injustiçados, e o aumento de 0,3% em 2020 em nada alterou a situação, tendo mesmo sido interpretado por muitos trabalhadores como uma provocação face à contínua perda de poder de compra dos últimos 12 anos. Se é verdade que com a nova solução política foi possível travar os ataques aos direitos dos trabalhadores, também é verdade que o congelamento salarial na Administração Pública faz com que milhares de trabalhadores da Administração Local continuem a sofrer perda de rendimentos.

Desde o seu último aumento salarial em 2009, em vésperas de eleições legislativas, os trabalhadores deste sector viram o seu salário baixar por via dos aumentos anuais dos preços, dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações (que, a partir de 2011, subiu de 10% para 11%),

Desde o seu último aumento salarial, em 2009, os trabalhadores Administração Pública viram o seu salário baixar por via dos aumentos anuais dos preços, dos descontos para a CGA e para o IRS, bem como pelo corte nos salários superiores a 1500 euros. Sendo que os dirigentes intermédios sofreram uma quebra de 21,6% entre 2010 e 2021.



“Os trabalhadores da Administração Local terão a oportunidade de, com o seu voto, mostrar todo o seu descontentamento.”

devido aos descontos para a ADSE (que subiram de 1,5%, em 2010, até 3,5%, em 2014), do aumento do IRS (entre 1,5% e 4,5%) e pelo corte nos salários superiores a 1500 euros. Só no caso da inflação, entre 2010 e 2021 a subida acumulada dos preços foi, pelo menos, de 13,27%.

### REPOR O PODER DE COMPRA

Tendo por base a última informação disponibilizada pela Di-

recção-Geral da Administração Pública, os descontos efectuados para ADSE, CGA e IRS, e tendo em conta a inflação acumulada entre 2010 e 2021, os trabalhadores da Administração Local sofreram neste período, em média, uma quebra real do seu salário de 10,6%.

Por cargos e carreiras, esta quebra salarial varia entre os 21,6%, nos dirigentes intermédios, e os 3,5%, para os assistentes operacionais/operários/auxiliares administrativos.

Apesar de congelado entre 2011 e o último trimestre de 2015, a subida do Salário Mínimo Nacional (SMN) de 475 euros, em 2010, para 665 euros, no início de 2021, induziu uma subida inevitável sobre os salários mais baixos da Administração Local e permitiu que esses salários vissem reposta parte considerável do seu poder de compra.

Já outras carreiras, como os assistentes técnicos e administrativos, os técnicos superiores e os

dirigentes, não tendo beneficiado dessa actualização do SMN, continuam a “sofrer na pele” o congelamento/estagnação geral dos salários na Administração Local.

### VALORIZAR SALÁRIOS E CARREIRAS

Esta é a realidade que tem de ser alterada pelo Governo que sair das próximas eleições legislativas, marcadas para o próximo dia 30, na qual os trabalhadores da Administração Local terão a oportunidade de, com o seu voto, mostrar todo o seu descontentamento perante aqueles que não se cansam de os elogiar, mas que, chegados ao Governo, encontram sempre obstáculos que os impedem de valorizar os salários e as carreiras.

E até agora, em véspera de eleições, não deixam de mostrar a sua hipocrisia e demagogia, quando lamentam que tenhamos eleições em Janeiro numa altura em

que iriam iniciar as negociações com os sindicatos sobre os salários dos assistentes técnicos e operacionais, ou quando anunciam um aumento salarial de 0,9% – inferior à inflação, porque há que descontar 0,1% da deflação em 2020 –, mas ignorando os 13,1% de inflação acumulada desde 2010.

A actual situação pandémica veio demonstrar a importância dos serviços públicos, em especial os da saúde, educação, segurança social e dos apoios à população promovidos pelo Poder Local, e a necessidade de os reforçar.

Não sendo a única razão, mas certamente uma das mais importantes, é inquestionável a necessidade de remunerar os trabalhadores da Administração Pública de forma consentânea com a importância das funções que desempenham. E é por isso que lutam os trabalhadores da Administração Pública, e em particular, os trabalhadores da Administração Local. ■





EM DEFESA DE DESCONTOS DE 1,5% EM APENAS 12 MESES

# Milhares de beneficiários mobilizam-se pela redução das contribuições para a ADSE

A Frente Comum tem a decorrer um abaixo-assinado a nível nacional, iniciativa que visa exigir que o desconto mensal passe a incidir em apenas 12 meses e que se retome o valor de 1,5%, e que defenda uma ADSE pública e ao serviço dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública.

**A** iniciativa está a decorrer em todo o País, mobilizando milhares de trabalhadores e aposentados da Administração Pública, que não concordam com o actual desconto para a ADSE – de 3,5% sobre 14 meses ao ano –, assim como não aceitam o aumento da comparticipação directa dos beneficiários no preço das consultas. A situação é a todos os níveis inaceitável, desde logo pela boa saúde financeira da ADSE, mas, sobretudo, tendo em conta a situação da generalidade dos salários e das pensões, que não sofreram

actualização nos últimos anos, com excepção para os escalões de rendimento mais baixos. A ADSE é, actualmente, um Instituto do Estado suportado, quase na totalidade, pela contribuição dos trabalhadores e aposentados, apresentando saldos positivos de milhões de euros, que não podem servir apenas para engrossar os lucros dos privados da saúde e as receitas no Orçamento do Estado. No final de 2020, a ADSE tinha acumulado cerca de 800 milhões de euros, investidos em Títulos do Estado e em depósitos à ordem.

É por isso possível, necessária e completamente justificável uma revisão do valor do desconto mensal e da sua aplicação apenas a 12 meses no ano, diminuindo os encargos dos trabalhadores e aposentados beneficiários da ADSE. No abaixo-assinado – que será entregue ao Governo –, os trabalhadores e aposentados da Administração Pública exigem a manutenção da ADSE como um direito seu, que os descontos incidam apenas sobre 12 meses de salários ou pensões e que seja de 1,5%. ■

## AUMENTOS INACEITÁVEIS

A 1 de Setembro de 2021 entraram em vigor as novas tabelas da ADSE, que incidem sobre o Regime Convencionado, tendo o processo de negociação sido feito sem o devido esclarecimento aos beneficiários, os quais, com as suas contribuições, asseguram quase na totalidade a existência da ADSE, I.P.

O STAL considera inaceitáveis estes aumentos no pagamento directo por parte dos beneficiários, e reafirma que irá continuar o caminho de exigência do reforço da ADSE, esclarecendo e envolvendo os trabalhadores da Administração Local nesta luta que é de todos.

## BREVES REGIÕES

### Lajes do Pico: Tribunal manda reintegrar trabalhadora

É de assinalar a vitória judicial obtida pelo STAL e pela sua associada nos Bombeiros das Lajes do Pico (Açores), condenados por despedimento ilícito da trabalhadora, com o Tribunal da Relação a determinar a sua reintegração no respectivo posto de trabalho, bem como o pagamento à trabalhadora de um conjunto de retribuições e de subsídios de férias e de Natal. A Direcção Regional da Horta do STAL realça que este é um exemplo de que é pela luta que se conquistam os direitos dos trabalhadores, e que o STAL está sempre ao lado dos trabalhadores, em defesa dos seus direitos e da valorização do seu trabalho. ■

### Viana do Castelo: A luta continua nos Sapadores Bombeiros

O STAL e os trabalhadores da Companhia de Sapadores Bombeiros de Viana do Castelo promoveram em Setembro uma grande acção de protesto e de denúncia pública das atitudes discriminatórias, persecutórias e prepotentes de que são vítimas, há vários anos, por parte do comandante, António Cruz, que foi recentemente reconduzido pelo executivo municipal. Face à atitude de passividade da autarquia, que insiste em ignorar o agravamento da situação laboral, os trabalhadores – com o apoio do STAL – têm-se manifestado em frente à Câmara Municipal, a pedir o afastamento do referido comandante, acusando-o de “discriminação, perseguição e assédio moral”. ■



### Distrito de Lisboa: Mais direitos nas empresas municipais

O STAL, no Distrito de Lisboa, conseguiu assinar Acordos de Empresa (AE), que representam importantes conquistas de direitos dos trabalhadores abrangidos. Na Gebalis, GesLoures, Loures Parque e EGEAC (por acordo de adesão) foi garantido, aos trabalhadores sindicalizados no STAL, o direito a uma carreira com progressão e as 35 horas. Na TratoLixo, com mediação da DGERT, estão em curso as negociações para a assinatura de um AE, sendo o ponto mais “sensível” a discussão sobre as matérias pecuniárias, que não têm merecido, por parte da administração, a devida valorização. Na EM Parques de Sintra-Monte da Lua, o processo de negociação está parado, supostamente pelo impacto negativo da pandemia nas receitas da empresa, a qual apresentou sempre lucros de milhões de euros, que foram parar aos “bolsos dos accionistas”, sem benefício para os trabalhadores, pelo que estes exigem a urgente retoma das negociações. Existem ainda negociações em curso na Parques Tejo (Oeiras), EMES (Sintra) e na PromoTorres (Torres Vedras), enquanto nas empresas municipais de Cascais, o processo está numa fase mais inicial, tendo o STAL já apresentado propostas, mas que continuam sem respostas concretas. ■



# Conquistar o SPI pela luta!

Com o Decreto-Lei n.º 93/2021, os trabalhadores da Administração Local viram firmado o direito ao pagamento do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, deixando este de estar limitado temporalmente a 2021. É preciso agora lutar para a sua aplicação nas autarquias.



**A** consagração do direito ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) é, antes de mais, uma vitória dos milhares de trabalhadores que, ao longo de três décadas, lutaram pela justa compensação do trabalho penoso e insalubre, mas também uma vitória do STAL que, desde o primeiro momento, esteve com os trabalhadores, organizando-os, reivindicando e não deixando cair no esquecimento essa justa reivindicação.

Uma luta que podia ter esmorecido em 2021, quando começou a ser pago o SPI – por via do art.º 24.º da Lei do Orçamento do Estado –, mas que o STAL continuou a travar para que este suplemento remuneratório não fosse meramente transitório,

para que as autarquias locais aplicassem o SPI devidamente e para que este abrangesse mais trabalhadores.

Não podem ser esquecidas as diversas acções de luta em defesa da aplicação do SPI, como os abaixo-assinados – entre outros, o dos asfaltadores da Câmara Municipal do Funchal –, a concentração junto à Câmara de Santarém pelo seu pagamento com efeito a 1 de Janeiro de 2021, e tantas outras jornadas de luta que, no ano passado, contribuíram para a sua aplicação.

Foi também em resultado da luta que o Decreto Lei n.º 93/2021 passou a clarificar as áreas e os trabalhadores a quem é devido o SPI, sendo mais evidente que, independentemente da tarefa, o mesmo tem de ser

pago nos cemitérios, nos canis e no asfaltamento de vias.

## RECONHECER O RISCO PROFISSIONAL

Sabemos que ainda muito há para fazer, a começar pela necessidade de criar e regulamentar a atribuição de um Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco (SIPR), que abrangerá mais trabalhadores, que considere também o risco profissional e que não fique limitado às autarquias locais, mas que seja igualmente aplicado nas empresas concessionárias.

A conquista e confirmação do SPI é mais um exemplo de que, independentemente do tempo que demore, a luta será sempre a solução para a valorização do trabalho e os trabalhadores da Administração Local.

Foi pela luta que aqui chegámos, pelo que será também através da luta que haveremos de conquistar o SPIR! ■

## CONSULTÓRIO JURÍDICO

JOSÉ TORRES  
JURISTA

### Encarregado de protecção de dados como garante do direito à privacidade

Suscitam-se com alguma frequência questões respeitantes à correcta aplicação do Regulamento Geral de Protecção de Dados, nomeadamente quanto ao papel do Encarregado de Protecção de Dados, tendo em vista as funções e as responsabilidades que, nos termos legais, lhe estão atribuídas.



É imperioso os EPD possuírem a formação que a lei estabelece

**A** regulação desta matéria ainda é relativamente recente, emanando do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), cuja execução, na ordem jurídica nacional, foi assegurada pela Lei 58/2019, de 8 de Agosto, sendo que o Encarregado de Protecção de Dados (EPD) está previsto no artigo 37.º daquele RGPD. Sendo vasta a regulamentação em apreço, nesta ocasião prendemo-nos, essencialmente, com a designação do EPD, tendo em conta os requisitos para o efeito exigidos. A esse propósito, sublinha-se que, nos termos do n.º 5 do citado artigo 37.º, do RGPD, “o encarregado da protecção de dados é designado com base nas suas qualidades profissionais e, em especial, nos seus conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de protecção de dados, bem como na sua capacidade para desempenhar as funções referidas no artigo 39.º”.

Portanto, é com base nas referidas qualidades e conhecimentos que essa nomeação deve efectuar-se, relevando-se a especialização que aquele preceito exige, no domínio do direito e das práticas de protecção de dados. Ora, essa norma não pode ser postergada, sendo notoriamente abusivas nomeações de trabalhadores que não possuem formação adequada, pelo que tais nomeações representam, muitas vezes, um mero formalismo, no sentido de aparentar o cumprimento da lei. Todavia, isso é tanto mais inadmissível quanto é um facto de que se trata de funções

extremamente importantes e de elevadas responsabilidades, em correspondência com os comandos legais garantísticos do direito à privacidade de todos os cidadãos. Responsabilidades que vêm explicitadas nos artigos 38.º e 39.º do RGPD, concluindo-se, numa brevíssima síntese, que o uso de dados pessoais dos trabalhadores apenas é admissível nas situações muito específicas que a lei contempla, nomeadamente no que for absolutamente indispensável para a celebração de vínculos laborais e a sua consequente gestão administrativa.

Sabemos que se trata de uma matéria complexa e melindrosa, de que a comunicação social já tem feito eco, pelo que a designação dos EPD deve ser acautelada com o maior rigor, sendo incumbido dessas funções apenas quem possuir a qualificação exigida pelos referidos comandos legais.

Por isso, é imperioso que as entidades empregadoras dotem os seus potenciais titulares com a formação que é exigível, em ordem ao cabal reconhecimento do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, nos termos consagrados no artigo 26.º da Constituição da República.

Neste contexto, incentivam-se os trabalhadores a, por um lado, exigirem sempre a preservação dos seus dados pessoais e, por outro lado, a reagirem contra a sua designação como EPD, sem detenção da formação que a lei estabelece, procurando, sempre que necessário, o apoio das estruturas representativas do STAL.



## UM LIVRO | UM AUTOR

ANTÓNIO MARQUES

# ESCRITOR DE INQUIETAÇÕES

Neste ano em que se assinala o centenário do nascimento de José Saramago, além da obra no seu conjunto é também a Cultura que importa comemorar, como espaço de liberdade e constante anseio de superação de todos os limites, lutando contra a intolerância e a violência.



Arq. Fundação José Saramago

**E**m 2022, nesta festa do centenário, porque de uma verdadeira festa se trata, sublinhamos que José Saramago está bem vivo entre nós, e a sua leitura, plenamente renovada, transforma-se em novas realidades, em multiplicações de diversas linguagens artísticas que, além da escrita, percorrem também as áreas do teatro, do cinema, da pintura da dança, da banda desenhada ou da pintura.

A visão prospectiva da sua obra é intrigante, e quando lemos o “Ensaio Sobre a Cegueira” (1995) ficamos sobressaltados, e interrogamo-nos se o Mestre não reflectia sobre esta pandemia que nos faz andar às cegas, como se ele vivesse com a sua pena as penas que hoje estamos a viver. Além da sua escrita, cuja forma tanto evoluiu ao longo da sua vida, o que muito se destaca em Saramago é a preocupação e a dimensão humana que se condensa, ética e socialmente, na evidente realidade de que “a cegueira do ser humano se traduz no deserto e no esquecimento, onde cultivamos o nosso seme-

lhante, tão cerca de nós, mas tão distante” ...

Nesse sentido, neste centenário de José Saramago, além do conjunto da sua obra, é também a Cultura que importa comemorar, como espaço de Liberdade e constante anseio de superação de todos os limites, lutando contra a intolerância e a violência. Saramago ensinou-nos a filtrar as grandes contradições deste Mundo cinzento que nos impõe uma redobrada atenção, vigilância e intervenção cívicas.

## (RE)VISITAR A OBRA DE SARAMAGO

José Saramago, um dos nomes maiores da Língua Portuguesa e um dos maiores escritores contemporâneos, completaria 100 anos a 16 de Novembro. Deixou-nos como legado, quando partiu, aos 87 anos (em 18 de Junho de 2010), um dos mais criativos percursos literários na nossa Língua, trabalhando com muitas das inquietações mais agudas e, ao mesmo tempo, mais triviais do Mundo contemporâneo. Nestes tempos de cegueira e de

crescimento da desigualdade, é ainda mais oportuno (re)visitar a sua obra e reflectir sobre a responsabilidade que temos de construir sociedades com justiça e com direitos para todos os seres humanos.

Saramago, filho e neto de camponeses, nasceu na aldeia de Azinhaga, no Ribatejo, no dia 16 de Novembro de 1922. Mas cresceu e fez-se gente em Lisboa, para onde veio ainda não tinha dois anos, e aqui percorreu actividades diversas, tendo sido desenhador, trabalhador da saúde e da previdência social, tradutor, editor e jornalista, sempre a acumular conhecimento e a ler a Alma de Portugal.

Com tamanha qualidade e tão exuberante produção literária, Saramago foi galardoado com o Prémio Camões em 1995, e tornou-se, em 1998, o primeiro – e único, até hoje – escritor de Língua Portuguesa a receber o Prémio Nobel de Literatura.

## VÍTIMA DE CENSURA

José Saramago deixa-nos como herança um imenso trabalho li-

terário, em que sobressaem obras que percorrem toda a criatividade literária do Génio, desde as crónicas romanceadas aos textos políticos e de intervenção, atravessando a poesia, a ficção e, sobretudo, o romance. Em 1947, publica o seu primeiro livro, “Terra do Pecado” (inicialmente intitulado “A Viúva”). Nesse período escreveu, ainda, o romance “Clarabóia”, que permaneceu inédito até sua morte e que foi publicado cerca de um ano após ter falecido.

Entre 1947 e 1966, manteve-se num “silêncio literário”, quebrado com “Os Poemas Possíveis”. Saramago justifica tal interregno de escrita com o convencimento de que “não tinha nada de novo para dizer”, como revelou na sua autobiografia.

O ano de 1974 marcou o fim da ditadura portuguesa, e a Revolução dos Cravos abriu caminho à sua maior expressão literária, revelando o grande escritor que sentia o pulsar de Portugal.

No início de 1976, instalou-se por algumas semanas no Alentejo, e desse período de reflexão interna deu à estampa o romance “Levantado do Chão” (1980). E entre Outubro de 1979 e Julho de 1980, José Saramago percorreu Portugal, a convite do Círculo de Leitores, aventura da qual surgiu “Viagem a Portugal”, um misto de crónica, narrativa e recordações do autor.

Já em 1991, o romance “O Evangelho Segundo Jesus Cristo” causou grande polémica entre os mais conservadores. Como consequência, qual “censura organizada”, o então governo de Cavaco Silva – personalizado por Sousa Lara, sub-secretário de Estado da Cultura – vetou a sua apresentação ao Prémio Nobel sob pretexto de que o livro era ofensivo. Perante tal acto desprezível e humilhante, Saramago decide passar a residir na ilha de Lanzarote, nas Canárias (Espanha). Porém, antes de partir ainda escreveu a peça “In Nomine Dei”, em 1993, ano em que, já na sua “ilha adoptiva e adoptada”, iniciou a escrita dos diários “CADERNOS DE LANZAROTE”, de que estão publicados cinco volumes.

Postumamente, em 2014, é publicado o romance incompleto “Alabardas, alabardas, espingardas”, que José Saramago estava a escrever em 2010, o ano da sua morte. ■

## OBRAS

- Terra do Pecado, 1947
- Os Poemas Possíveis, 1966
- Provavelmente Alegria, 1970
- Deste Mundo e do Outro, 1971
- A Bagagem do Viajante, 1973
- Os Apontamentos, 1976
- Manual de Pintura e Caligrafia, 1977
- O Ano de 1993, 1975
- Objecto Quase, 1978
- A Noite, 1979
- Que Farei com Este Livro?, 1980
- Levantado do Chão, 1980
- Viagem a Portugal, 1981
- Memorial do Convento, 1982
- O Ano da Morte de Ricardo Reis, 1984
- A Jangada de Pedra, 1986
- A Segunda Vida de Francisco de Assis, 1987
- História do Cerco de Lisboa, 1989
- O Evangelho Segundo Jesus Cristo, 1991
- Cadernos de Lanzarote (5 volumes, 1992 a 1997)
- In Nomine Dei, 1993
- Folhas Políticas, 1993
- Ensaio Sobre a Cegueira, 1995
- Todos os Nomes, 1997
- O Conto da Ilha Desconhecida, 1997
- A Caverna, 2000
- A Maior Flor do Mundo, 2001
- O Homem Duplicado, 2002
- Ensaio Sobre a Lucidez, 2004
- Don Giovanni ou O Dissoluto Absolvido, 2005
- As Intermitências da Morte, 2005
- As Pequenas Memórias, 2006
- A Viagem do Elefante, 2008
- O Caderno, 2009
- Caim, 2009
- Clarabóia, 2011
- O Silêncio da Água, 2011
- Alabardas, Alabardas, Espingardas, Espingardas, 2014
- O Lagarto, 2016
- Último Caderno de Lanzarote, 2018

Fonte: Fundação José Saramago



# A FECHAR

## Levar esta luta até ao voto!

No dia 30 de Janeiro, fazer as “contas certas” é impedir a criação de maiorias absolutas, cuja estabilidade rapidamente se transforma num inferno de instabilidade contra os trabalhadores. É confiar o voto àqueles que apoiam e estão sempre solidários com as nossas reivindicações e lutas.

**E**m 30 de Janeiro, seremos novamente chamados a eleger os 230 deputados à Assembleia da República. Tal acontece porque o PS viu na actual conjuntura a oportunidade de retomar o objectivo de atingir a maioria absoluta que lhe foi negada em 2019. Foi por isso que, embalado pelo discurso do Presidente da República, simulou negociar com os partidos à esquerda, provocou o chumbo do Orçamento do Estado e recusou apresentar outra proposta, que respondesse aos problemas dos trabalhadores e do País. Mas eleições nunca são um problema, mas uma oportunidade para decidir o rumo a seguir. Tendo presente os avanços conquis-

tados nos últimos anos, resultado da luta e de uma correlação de forças favorável, e sem esquecer o muito que ficou por fazer, a questão que se coloca no próximo dia 30 é a opção entre andar para trás ou garantir a criação de condições que permitam prosseguir esse caminho de avanços e assegurar a concretização de uma política alternativa que valorize o trabalho e os trabalhadores e os serviços públicos. E é a eleição de deputados nos vários distritos, e não do primeiro ministro, como nos querem impingir, que determinará a correlação de forças na Assembleia da República, e que será o elemento central para os próximos quatro anos.

No dia 30 de Janeiro, fazer as “con-

tas certas” é levar a luta até ao voto para impedir a criação de maiorias absolutas, cuja estabilidade rapidamente se transforma num inferno de instabilidade contra os trabalhadores, para derrotar blocos centrais, projectos reaccionários e romper de vez com a política de direita, e para conquistar melhores condições de vida e de trabalho, confiando o voto àqueles que apoiam e estão sempre solidários com as nossas reivindicações e lutas. No dia 30 de Janeiro, o voto útil é dar mais força à luta por mais salário, carreiras dignas, melhores condições de trabalho e serviços públicos de qualidade para todos, por um Portugal desenvolvido, de progresso e justiça social. ■

### RESUMO DA LUTA

**21 Dezembro** | Acção de protesto de dirigentes sindicais da Frente Comum no Rossio (Lisboa).

**14 Dezembro** | Início da campanha nacional de “Votos de Natal”, do STAL.

**9 Dezembro** | Plenário dos trabalhadores da Amarsul aprova novas acções de luta.

**2 Dezembro** | A Direcção Nacional do STAL aprova a resolução em defesa de levar a luta até ao voto, a 30 de Janeiro.

**1 Dezembro** | Trabalhadores da Amarsul nos piquetes são vítimas de confrontos com GNR, no Ecoparque de Palmela, e intimidados pela PSP, no do Seixal.

**29 Novembro** | Início da greve de 5 dias dos trabalhadores da Amarsul.

**20 Novembro** | Manifestação Nacional da CGTP-IN reúne milhares de participantes em Lisboa.

**19 Novembro** | Lançamento do abaixo-assinado em defesa de uma ADSE pública e ao serviço dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública.

**12 Novembro** | Greve Nacional da Administração Pública, promovida pela Frente Comum, fecha autarquias, serviços e equipamentos municipais em todo o País.

**8 Novembro** | Presidente da República promulga o diploma do Governo sobre a fixação do SPI.

**27 Outubro** | Início da greve de 3 dias dos motoristas da recolha selectiva do CITVRU de Riba de Ave, da Resinorte.

**22 Outubro** | Plenário Nacional do STAL reúne centenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais em Lisboa.

**1 Outubro** | O STAL assinala o Dia Nacional da Água defendendo a água pública e de todos, e a valorização dos trabalhadores deste sector.

**1 Outubro** | A CGTP-IN festeja o 51.º aniversário.

**24 Setembro** | O STAL escreve à ministra da Administração Pública a exigir a regulamentação do SIPR.

**20 Setembro** | Lançamento da campanha nacional em defesa do SPI “Esta autarquia não cumpre o Orçamento do Estado”.

**14 Setembro** | Acção de protesto e denúncia pública, em Viana do Castelo, dos trabalhadores da Companhia de Sapadores Bombeiros contra o assédio laboral.

**14 Setembro** | Concentração de trabalhadores junto à Câmara Municipal de Leiria, para exigir reunião com o presidente do Município.

